

DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DO PARQUE ARARIGBÓIA EM PORTO ALEGRE/RS

Leandro Forell

Fabiana Gazzotti Mayboroda

RESUMO

O presente artigo procura discutir a constituição da noção de participação da no Parque Ararigbóia em Porto Alegre, refletindo sobre as possibilidades educativas da mesma. O trabalho foi construído a partir de uma etnografia na qual foi realizado um trabalho de campo de aproximadamente dois anos quando se produziram diários de campo e entrevistas semi-estruturadas como forma de produção de informações. Apresenta no primeiro momento uma contextualização histórica dos processos de participação no parque, compreendendo que o patrimonialismo, a democracia elitista/realista e a democracia pluralista fazem parte das narrativas circulantes. Posteriormente é discutida a apropriação do processo de gestão pela comunidade, em que foram evidenciadas relações com diferentes teorias democráticas como democracia pluralista, democracia participativa e democracia deliberativa. Conclui que existe a caracterização de um hibridismo em que há a alternância de diferentes noções de democracia dependendo da situação e que este processo de construção de uma prática social possui caráter educativa na medida que os sujeitos participantes passam a ver a cidade e a coisa pública a partir de novos referenciais.

Palavras chave: democracia; participação; educação não formal; Parque Ararigbóia;

INTRODUÇÃO

Numa democracia, onde devem ser atendidas devidamente, tôdas as necessidades essenciais do indivíduo, é cometido um grande êrro, quando se esquece de promover a recreação sadia e educativa do povo. O setor governamental que, por obrigação, cuida da educação infantil, pouco ou nada prevê para a recreação (GAELZER, 1951 *apoud* FEIX, 2003)¹.

Problematizar a dimensão democrática das políticas públicas é algo bastante recorrente, tendo em vista que a maioria da legislação pós constituição de 1988 aponta para o dialogo com este princípio constitucional. Por outro lado, há uma utilização múltipla do termo, sendo que, dependendo da situação, a expressão é tão abrangente que praticamente todas as práticas se transformam em 'democráticas'.

Outra formulação bastante observada, é o esforço para construir uma escala democrática. Ou seja, se comparariam práticas sociais e, a partir de uma comparação, se

¹ Algumas palavras nesta citação possuem grafia não corrigida em função de respeitar o acordo ortográfico em vigência na época.

enquadraria determinada ‘coisa’ e se diria que ela é (ou menos) mais democrática do que outra. Compreendemos que ao utilizar uma determinada normatividade é possível fazer este movimento classificatório, mas o grande problema é que as normatividades são contraditórias em função da perspectiva teórica que se utiliza. Ao invés disso, procuraremos demonstrar que diferentes noções de democracia atravessam um mesmo espaço, e que a apropriação destas noções não é linear. Procuramos, assim, compreender este fenômeno social de uma forma densa (GEERTZ, 1989), ou seja, pelo ponto de vista das pessoas que são as protagonistas nesses processos, e nos significados produzidos pela cultura local.

Desse ponto de vista, nesse artigo temos o objetivo de problematizar a constituição histórica da noção de participação, para tal utilizaremos, como exemplo descritivo, uma análise realizada no Parque Ararigóia em Porto Alegre, RS. Esta escolha se justifica pelas reiteradas narrativas positivas sobre a participação da comunidade nesse espaço urbano. Um exemplo disso são as conquistas estruturais concretas - como construção de ginásio e a iluminação de um campo de futebol - que são atribuídas ao protagonismo da população vinculada àquele parque no processo de participação na gestão do referido parque.

Pensamos que seja importante contextualizar as práticas sociais realizadas no Parque. Sem querer dizer que o presente é reflexo do passado em uma lógica de causa e efeito, há necessidade, aqui, de referendar princípios etnográficos comprometidos com uma interpretação da realidade desprendida da noção de equilíbrio sistêmico e de afirmação das constituições históricas:

As sociedades reais existem no tempo e no espaço. A situação demográfica, ecológica, econômica e de política externa não se estrutura em num ambiente fixo, mas num ambiente de constante mudança. Toda sociedade real é um processo no tempo (LEACH 1996; p.69).

A necessidade deste tipo de descrição se faz importante na tentativa de romper com um funcionalismo a-histórico, que se preocupa com as lógicas descritas como se elas explicassem por si mesmas a realidade. A intenção aqui não é fazer um artigo histórico, mas sim selecionar informações de pesquisas históricas sobre as políticas de esporte e lazer de Porto Alegre, articuladas com alguns dados empíricos, principalmente no que se relaciona ao Parque Ararigóia.

Do ponto de vista metodológico, reiteramos que as informações apresentadas foram construídas ao longo de um trabalho etnográfico que cerca de 2 anos sendo que no decorrer

deste trabalho foram escritos diários de campo (WINKIN, 1998) e realizadas entrevistas semi-estruturadas (TRIVIÑOS, 1987).

O artigo se divide em duas grandes seções, onde na primeira procuramos estabelecer relações entre os dados empíricos pesquisados e noções de democracia, tendo em vista que elas apontam para diferentes formas de participação e de cidadania. Já na segunda seção procuraremos estabelecer relações entre a realidade pesquisada e as possibilidades educacionais.

OLHANDO PELO MICROCOSPIO: O ARARIGBÓIA E SUAS PARTICULARIDADES

O Parque Ararigbóia, que iniciou suas atividades na década de 1940, foi consolidado pelo investimento de cidadãos nesse espaço público. Embora fosse um espaço público, foi pela iniciativa voluntária dos cidadãos que o espaço começou a se estruturar. Algumas informações registradas a partir do trabalho de campo ajudam a compreender esse processo:

Achei impressionante a gratidão deste senhor de quase 85 anos para com quem ele chama de fundador do parque, disse ele: “Foi o Sr. Ari Bernardino da Silva que aterrou este lugar graças a ele ganhamos o parque e um belo time de futebol chamado Sulfabril” (Diário de campo 15/08/2012).

Essa relação do cidadão intervindo no espaço público e responsável pela manutenção do mesmo não só no zelo, mas também no sentido de contribuir, é uma marca presente até os dias de hoje:

Conversando ao lado da cancha de bocha, este participante antigo da comunidade e praticante da atividade me falou: “Pra fazer parte daqui, o cara tem que contribuir, ou seja, ajudar. Só ajudando, contribuindo é que ele faz parte da comunidade, pois passamos por todos os problemas e comemoramos juntos em todas as festividades” (Diário de campo 14/03/2012).

Em nossa primeira relação com o campo, também pudemos perceber esta certa ética nas falas de um diretor da associação em evento público:

Porém, em vários momentos utilizou a expressão “assumir”, ou seja, para ele é responsabilidade das pessoas que elas assumam a responsabilidade pelo espaço público. [...] Em alguns momentos, pronunciou algumas frases que, a meu ver, queriam proporcionar um efeito positivo: “o parque é do povo, e o povo somos todos nós, logo o parque é nosso”; “para participar as pessoas

tem que pagar e quem paga merece bom material”; e “não podemos nos esquecer que são só os adultos que pagam, as crianças não paga nada para participar” (Diário de campo 19/11/2011).

Essa dimensão contributiva como condição de pertencimento ao grupo social está bastante relacionada com princípios da democracia liberal, segundo os quais o cidadão precisa colaborar com a comunidade, e o Estado não necessariamente tem obrigações para com os cidadãos, porém este assegura aos cidadãos o direito civil, a liberdade econômica e a livre iniciativa social (MILL, 2004). Esses princípios são alicerces do associativismo liberal, em que a participação está relacionada a um contrato, neste caso, comunitário.

Durante a década de 1950, houve outro acontecimento significativo para a constituição da comunidade, houve uma intervenção no parque:

A prefeitura interveio no parque e mudou o nome, de Sulfabril para Ararigbóia, a comunidade perdeu o direito de utilizar o parque da forma como queria, e a prefeitura passou a marcar os horários e dizer quem podia e quem não podia usar o campo de futebol. [...] além disso fecharam a bocha e os moradores tinham que ir até o mercado público² para marcar os horários, o que fazia com que pessoas de fora, estrangeiros, fossem jogar no nosso campo. A única coisa positiva foi a construção do barracão de madeira (Entrevista com membro da associação 1).

Em 1964, o time dos Veteranos do Ararigbóia foi fundado e com ele uma reivindicação de que se reservasse o sábado à tarde para as atividades do time. O movimento associativista do parque (num sentido mais reivindicatório) se inicia com este momento e com a formação de uma associação ligada à prática de futebol amador. Essa associação faz a disputa do bem coletivo em função de seus interesses de usufruir do parque. É importante notar que o pleito é pontual: garantir a utilização do campo nos sábados pela tarde.

Em 1981, outro fato marcante aconteceu na comunidade do parque. Foi criada a associação do Parque Ararigbóia, que tinha o caráter de representar não só o futebol, mas o parque como um todo. Nesse momento, além do futebol dos veteranos outras atividades aconteciam no Parque, como o futebol para “a garotada” (nos dias de semana) e a ginástica para as senhoras, que se desenvolvia em um barracão de madeira. Essas atividades eram feitas com professores cedidos pela Secretaria de Educação do município e que eram geridos pela Supervisão de Esportes e Recreação Pública, uma vez que ainda não existia Secretaria de

² O mercado Público da cidade está localizado no centro da cidade de Porto Alegre, distante aproximadamente 7 quilômetros do Parque, este trecho que é percorrido de automóvel em cerca de 20 minutos (sem congestionamento) nos dias de hoje, na década de 1950 com o precário transporte coletivo e estruturas viárias fazia com que a pessoa demorasse um dia para marcar o uso dos espaços no Parque.

Esportes. A associação, em um primeiro momento, serviu para organizar as atividades festivas, e funcionou como um elemento de coesão comunitária:

Um dos integrantes da associação, que possui cabelos brancos e reconhecimento amplo de sua autoridade enquanto representante dos veteranos, fez um breve relato da história da associação, que foi fundada em 06/06/1981, e que o evento em questão era alusivo a data de 30 anos da fundação da associação. Disse ele: “em um primeiro momento, a associação não era tão forte, foi com o passar dos anos que fizemos valer nossa união e que conseguimos melhorar nossa situação” (Diário de campo 19/11/2011).

Outro informante revelou que aquele momento fez com que a comunidade se unisse em torno de uma causa:

Depois de um tempo de conversa, perguntei a este usuário do parque como foi o movimento dos veteranos na década de 1960 e ele respondeu: “foi uma das coisas mais lindas que eu já vi, a prefeitura nos tirou o campo, nós não mandávamos em nada, era uma tristeza, mas depois de muito insistir conseguimos garantir que o sábado a tarde era nosso, dos veteranos” (Diário de campo 10/08/2012).

Ao que parece, num primeiro momento, o sentimento comunitário girava em torno de um patrimonialismo, ou seja, as pessoas que contribuíram teriam ‘mais direito’, pois se apropriaram do bem público para si e não para o uso coletivo. Nota-se, então, uma ausência do Estado na mediação das relações sociais, ou então a máquina burocrática está sob a tutela do poder político elitista.

Segundo Aguiar (2000), o Estado brasileiro, ao contrário de outros de origem anglo-saxã, é caracterizado fortemente pelo patrimonialismo, em que há o domínio da coisa pública por pessoas e grupos privados. Nesses outros países, a construção de uma sociedade civil forte e atuante fez com que se dissolvessem poderes absolutistas e arbitrários de determinadas famílias detentoras de riquezas. Para vários autores, como por exemplo Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, esta característica se constitui ainda em uma herança cultural do período escravagista.

Nesse momento histórico, o pertencimento a comunidade não está circunscrito a morar perto do Parque, ou então a frequentá-lo. Aqui o que importa é contribuir com a melhoria dele. Embora seja muito claro que esta lógica não atravessa todos os posicionamentos, o trecho de diário de campo que segue retrata o dia de matrícula das atividades, no ano de 2012:

Entrando na quadra, pude ver que tinha uma mesa onde se encontravam as pessoas da associação, sendo que vi que naquele lugar se recebia dinheiro.

Fiz uma rápida conversa com o presidente da associação, na qual ele repetiu o discurso de que é a participação das pessoas da comunidade e o fato delas se sentirem pertencente ao lugar que faz com que o mesmo seja tão cuidado e preservado. Apresentava a quem quisesse ver a prestação de contas, mas também reiteradamente dizia que isso tudo tem custo e que, para participarem do parque, era importante pagarem as taxas para associação (Diário de campo 08/03/2012).

Essas lógicas patrimonialistas são constituídas de maneira simbólica e histórica. Em função das diversas necessidades de manutenção e de demandas estruturais, pessoas que “resolviam o problema” tinham maior reconhecimento dentro do Parque. A versão de democracia apresentada transforma a contribuição não só como fator de aumento de capital simbólico, mas sim em obrigação a todos. Esta transformação, de quantidade de contribuição para tempo de contribuição, altera os elementos simbólicos de distinção. É possível fazer uma interpretação de que não há clareza do que é público e do que é privado, de que há certa ‘quintalização’ do Parque a partir do sentimento de posse das pessoas que o ocupam há mais tempo e que fazem parte da gestão do parque.

Em um segundo momento, emergem relações de poder elitista/realista, pautadas pela racionalização dos processos de administração pública, tornando o burocrata como detentor de poder, pois ele faz parte da elite estatal que toma as decisões. Se antes uma espécie de coronelismo detinha o poder, agora o funcionário público legitimado por uma normatização legal assume esse lugar (FEDOZZI et al. 2012). Os trechos que seguem procuram retratar este sentimento por parte de funcionários públicos em relação à autoridade no Parque:

Depois de se indispor com algumas pessoas da bocha, com relação ao uso coletivo do espaço da churrasqueira, um professor do parque disse que, embora eles estejam organizados em associação, ele é o funcionário público concursado e responsável pelas atividades do parque. Por compreender e por pensar no bem de todos e não só dos integrantes da bocha, fazia com que quem não colaborasse fosse suspenso das atividades, pois *ele tinha o poder e a palavra dele era lei* (Diário de campo 12/10/2012- grifo nosso).

A noção elitista de democracia e conseqüentemente de participação na vida democrática possui dois principais autores: Max Weber e Joseph Schumpeter. Eles apontam que a democracia e a participação não são garantidoras do bem comum, o que pode ser evidenciado na interpretação de Avritzer sobre este tipo de lógica democrática:

A perspectiva de que a facticidade do ideal democrático poderia ser avaliada pela análise da compatibilidade entre o ideal da democracia [soberania

popular] e certos processos objetivos cada vez mais evidentes nas sociedades européia e americana do começo do século (AVRITZER, 1996, p. 103).

A grande questão é que, em Max Weber, a saída racional para a complexificação do Estado proporcionada pela modernidade se dá a partir da ratificação da importância da burocracia como forma de governo. Isso decorre da análise que faz sobre os motivos subjacentes da divisão de classes:

Diversamente da tradição teórica marxista, que entendia a separação ocorrida entre os trabalhadores e os meios de produção como produto da ordem burguesa, Weber interpretou essa nova ordem por meio do tema da crescente burocratização, em função do aumento da complexidade e da superioridade requerida pelo processo de instauração do Estado moderno (racional-legal). Diverge, assim, do diagnóstico marxista da democracia que supunha a soberania popular como dependente da separação entre trabalhadores, meios de produção e administração gerada pelo modo de produção capitalista. (FEDOZZI, 2002; p.68).

Nessa lógica, quanto mais complexo é o Estado e suas atribuições, mais preparadas devem estar as pessoas para participar. Aqui o critério de participação se dá a partir de um caráter elitista, uma vez que a participação está condicionada a especialização, proporcionando separação entre população e administração. A cidadania aqui está restrita a direitos políticos, sobretudo através do voto, porém não há em Weber uma noção de controle social, uma vez que os burocratas seriam as pessoas mais qualificadas para entender o funcionamento do Estado (AVRITZER, 1996).

Para Schumpeter, há na democracia uma contradição no que se relaciona a forma e ao conteúdo, a questão principal circula em torno da seguinte pergunta: Como soberania popular e bem comum poderiam caminhar harmoniosamente? Para ele, o povo não estava preparado para compreender as lógicas de funcionamento do Estado. Schumpeter aponta para a democracia como uma forma de convivência humana e deveria ser vivenciada pelo cidadão comum apenas no período eleitoral (SANTOS E AVRITZER, 2005).

Logo, tanto em Weber quanto em Schumpeter a democracia não se constitui como um princípio ético; ela é uma forma racional de lidar com uma configuração conjuntural, segundo a qual era preciso acomodar pensamentos diferentes sem que isso acarretasse em prejuízos para o bem comum e para a ordem social. É justamente por esse motivo que a democracia nesses autores é sempre representativa e constitui-se na legitimação da representação amparada por uma lógica jurídica. Quando a prefeitura assume a gestão do Parque, ela rompe com o patrimonialismo, porém institui um princípio elitista, em que cabe a um servidor

público (neste caso distante dos locais onde as práticas acontecem) que dá expedientes no mercado público no centro da cidade, o direito de arbitrar, a partir de uma racionalidade específica, quem deve (e como deve) ou não utilizar o parque.

Em um terceiro momento, a hegemonia burocrática, que possui racionalidade administrativa, fica desconexa em relação ao contexto político. Surge, então, outra lógica, a pluralista. Nesse tipo de organização, grupos sociais disputam coletivamente bens coletivos e cabe ao Estado mediar essas disputas. É lógico que esta mediação é interessada (BOURDIEU, 1997) e leva em conta capitais políticos, que esses grupos sociais precisam possuir legitimação neste campo para serem eficientes nesta disputa. Sobre isso, dizia um dos participantes da pesquisa:

Quando eu era presidente, a gente solicitava abertura de novas turmas e grupos a partir das demandas, ou seja, quando alguém me procurava e dizia que queria abrir um grupo de alguma atividade via se realmente aquelas pessoas pertenciam a comunidade, se tinham um grupo forte, que pegava junto e que iria ajudar o parque a melhorar, aí sim eu como presidente da associação propunha a abertura de um novo grupo (Entrevista com membro da associação 1).

Esse pluralismo se constitui enquanto teoria no período pós 2ª guerra mundial e é protagonizado por pensadores de origem norte-americana. Os pluralistas procuraram compreender a participação democrática no contexto dos países capitalistas ocidentais:

Os pluralistas concordam com alguns pressupostos do elitismo democrático. Argumentam, todavia, que as tendências à centralização do poder – seja pela administração burocrática e/ou pelas elites são limitadas pela presença de múltiplos grupos de interesse. Segundo a teoria pluralista, as políticas de governo em uma democracia são influenciadas por contínuos processos de negociação entre numerosos grupos que representam diferentes interesses: patronais, sindicais, grupos étnicos, organizações ecológicas, grupos religiosos etc. (FEDOZZI, 2002; p. 73).

Existem duas principais discordâncias entre os elitistas e os pluralistas: a superação da relação idealismo/realismo e a preocupação com a qualidade da democracia. A análise elitista dos modelos clássicos de democracia, discutidos por Rousseau e Mill, apontava para uma perspectiva idealista, tendo em vista que era um princípio e não uma solução racional para problemas da sociedade. Aliás, nos autores clássicos, o funcionário público não passa de um seguidor dos desejos do povo, como aponta Rousseau:

Rigorosamente falando, nunca existiu verdadeira democracia nem jamais existirá. Contraria a ordem natural o grande número governar, e ser o pequeno governado. É impossível admitir esteja o povo incessantemente reunido para cuidar dos negócios públicos; e é fácil de ver que não poderia ele estabelecer comissões para isso, sem mudar a forma da administração (ROUSSEAU, [s/d]; p.94)

Se em Rousseau a verdadeira democracia não admite representação, por outro lado o mesmo expõe dificuldades operacionais desta. Em Mill os funcionários públicos eram os legítimos representantes da vontade do povo, extrapolando a dimensão de trabalhador assalariado. Para ele, é muito importante que o homem comum tenha representação, por exemplo, no judiciário. Participando de decisões colegiadas ela, a representação, se constitui cívica e educacionalmente:

Para o cidadão comum, a dimensão moral oferecida pela participação nas funções públicas é bastante salutar. Ele é chamado para pensar os interesses coletivos; para ser guiado, em caso de reivindicações conflitantes, por outra regra para além de suas parcialidades privadas; a aplicar, em cada rodada de debate, princípios e máximas aos quais defende como bem geral; ele geralmente encontra, associado com ele nas mesmas formas de pensar, pessoas mais familiarizadas com essas idéias e operações, cujo estudo será para fornecer razões para a sua compreensão e estímulo a esse sentimento para o interesse geral (MILL, 2004; p. 26 [tradução livre, original em rodapé³]).

Para os elitistas/realistas (WEBER, SHUMPETHER) a democracia não é um princípio mas a melhor maneira de lidar com a complexidade do mundo moderno, logo eles se opõe a Rousseau e Mill apontando os mesmos como idealistas.

Para os pluralistas, a democracia é princípio e solução racional ao mesmo tempo. Por outro lado, há um grau de normatividade com relação à qualidade da democracia, ou seja, até que ponto existe equilíbrio entre os grupos sociais que estão disputando a hegemonia política.

Para Dahal (1971), “a democracia é a competição entre grupos e facções” (*apud* FEDOZZI, 2002 p.74) e, nessa lógica, constituem-se poliarquias. A qualidade da democracia

³Still more salutary is the moral part of the instruction afforded by the participation of the private citizen, if even rarely, in public functions. He is called upon, while so engaged, to weigh interests not his own; to be guided, in case of conflicting claims, by another rule than his private partialities; to apply, at every turn, principles and maxims which have for their reason of existence the general good; and he usually finds associated with him in the same work minds more familiarized than his own with these ideas and operations, whose study it will be to supply reasons to his understanding, and stimulation to his feeling for the general interest.

se daria, entre outros critérios, na sua capacidade de submeter a população ao processo de participação nos períodos pré-eleitorais, fazendo com que essa participação não se restrinja ao processo eleitoral. Nesse cenário, a democracia se constitui na disputa por força política e não na tentativa de constituição de um consenso. Outra dimensão que aponta para a qualidade da democracia se refere ao equilíbrio da disputa, pois, a partir do momento que determinados grupos detêm a hegemonia dos recursos (sejam materiais, ou pessoais) envolvidos na disputa, esta mesma perde o sentido. Quando o colaborador relata que para abrir-se um novo grupo era necessário que este tivesse representatividade ("um grupo forte"), ele está operando com uma noção pluralista de participação.

Dentro desse contexto, fica muito claro um processo de hibridização dos comportamentos sociais (CANCLINI, 1997) no local pesquisado. Podemos ver, em momentos distintos, que a história daquele espaço de lazer fez com que houvesse uma coexistência de formas diferentes de compreender e se portar no Parque. Mais adiante, pretendemos discutir como estas lógicas interferem no processo de gestão do Parque nos dias de hoje. Por enquanto, acreditamos ser importante demonstrar essa ocorrência.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E APRENDIZAGEM SOCIAL

Na década de 1990, outro acontecimento muito importante atravessa a história do Parque Ararigóia: são as administrações populares dos governos do PT entre 1989 e 2004. Estas trouxeram grandes modificações para a estrutura e para a cultura política de participação da comunidade a partir de espaços institucionalizados. São incontáveis os trechos de diário de campo em que as pessoas fazem referência a esse período histórico no Parque e como isso foi transformador no que se refere às possibilidades de atuação democrática. Embora o processo de participação no Orçamento Participativo (OP) seja uma construção histórica, ou seja, o envolvimento dos representantes do Parque no processo tenha sido algo gradual, julgamos ser importante descrever essa participação na relação entre o simbólico e o material, como fato social total (MAUSS, 2003).

De um ponto de vista mais objetivo, o processo de participação no OP resultou em construção e melhorias no Parque, das quais as mais significativas foram: a construção do ginásio, a construção dos vestiários e a iluminação do campo de futebol. Por estarmos pensando na construção histórica do parque sob o ponto de vista simbólico, cabe aqui fazer um alerta de que a intenção aqui não é fazer uma história do tipo data/fato, tampouco confrontar informações com registros documentais. O que interessa é compreender como

simbolicamente estes acontecimentos resultaram em uma narrativa sobre o fato ao qual estamos descrevendo e como estes processos resultaram em um processo educativo.

Muitas vezes, as informações são conflitantes, como, por exemplo, o número de reuniões necessárias para se consolidar as edificações no processo do OP⁴. Não nos interessamos em saber o número exato de reuniões, ou então confrontar essas informações, procurando as suas atas, até porque é bem provável que estas tenham sido feitas apenas em ocasiões especiais. O que importa é que existe um sentimento unânime de que foram muitas as reuniões e que, nessas ocasiões, o sentimento de reforço do trabalho coletivo foi forjado. Essa narrativa serve como forma de construção de solidariedade com relação à causa. Logo, a ideia não é fazer um relato histórico, mas sim um relato etnográfico sobre fatos históricos, tendo em vista o significado ímpar que esse momento proporcionou.

Com relação à construção do ginásio, destacam-se alguns trechos dos diários de campo do qual separamos um para a ilustração:

um professor disse a ela que estávamos conversando sobre a construção do ginásio. Foi então que ela disse o seguinte: “ começamos a participar das reuniões e percebemos que era possível reivindicar a reforma naquele espaço, depois de um tempo nos falaram que não dava pra fazer reforma porque o galpão era muito judiado. Então começamos a luta pra conseguir o ginásio” (Diário de campo, 24/08/2012).

O que fica claro, em um primeiro momento, é que o orçamento participativo representa uma narrativa sempre positiva, em que existe um sentimento simbólico do bem, mas ele é também significado como espaço de aprendizagens sociais:

Eu, antes de começar a participar do Orçamento Participativo, não sabia que existia secretaria de planejamento, nem o que era orçamento, nem projeto arquitetônico, muito menos o que fazia a secretaria de obras, tinha dificuldade de puxar assunto com alguém que não conhecia, fui aprender estas coisas depois dos 60 anos no OP (Diário de campo 29/08/2012).

Eu acho que este processo pelo qual passamos nos ensinou a ser mais gente, a participação nas coisas da cidade nos educou, acho que o OP é a manifestação clara de uma cidade educadora, onde se aprende não só na escola, mas se aprende sobre as coisas da cidade (Entrevista com membro da associação 1).

⁴ Alguns informantes dizem que foram cerca de 100 reuniões, outros dizem que foram 600, outros 700 e encontramos outra pessoa que disse que foram mais de mil reuniões em 10 anos.

Esse otimismo, apresentado pelas pessoas, não é totalmente aceito pelos pesquisadores que estudaram o OP. Em particular, a obra do professor Luciano Fedozzi (2002), que vem estudando o OP de Porto Alegre desde a sua implantação, nos mostra que os processos decisórios estão pautados por lógicas que não necessariamente traduzem este processo como totalmente virtuoso. Ele aponta que sempre existiu uma participação significativa do governo nas assembleias e que as mesmas não eram feitas sem ele. Além disso, a compreensão e aprendizagem de como funcionavam as regras do jogo por parte de alguns atores era decisiva para que pessoas ocupassem lugares privilegiados no processo do OP.

Fui lá, no mercado público, com um monte de senhoras do alongamento. Chegando lá não sabia o que fazer, estavam escolhendo delegados. Perguntei a um Sr. que estava ao meu lado quem é o bom aqui? E ele apontou com o dedo. Depois ele ficou falando e eu comecei a discordar dele, mas vi que tinha um jeito certo de falar as coisas, toda hora alguém gritava ‘questão de ordem’ eu não sabia nada destas coisas. Com o passar do tempo ao invés de perguntar pras pessoas quem era o bom, as pessoas passaram a me perguntar quem era o bom, porque eu havia aprendido como funcionava aquele jogo (Entrevista membro da associação 1).

Fedozzi (2002) aponta, ainda, que essas pessoas que detinham maior capacidade de circular dentro desse espaço acabavam construindo as negociações e que, em função disso, compunham uma elite dentro do processo de participação. Esses acontecimentos estão de acordo com um tipo de democracia pluralista, em que se desconstituiu o burocrata como detentor do poder, mas os acordos políticos acabam acontecendo a partir de outras relações de disputa. Com o passar do tempo, cada vez menos se discute o mérito das demandas e cada vez mais se torna uma disputa para ver quem consegue levar mais gente para levantar a mão na hora da votação.

Quando fomos reivindicar a iluminação do campo de futebol, não conseguimos levar a quantidade de pessoas suficiente para isso, mas tínhamos levado bastante gente. Então fizemos um acordo com o outro campo que nós apoiaríamos a demanda deles e que no ano seguinte eles nos apoiariam, e foi assim que as coisas deram certo, assim que conseguimos a iluminação do campo que está até hoje (Entrevista membro da associação 2).

Outro fato a se pensar, com relação ao OP, é a total falta de respaldo que essa instância possui nos dias de hoje:

Quando perguntei sobre o OP um professor me falou: “Hoje não vale mais a pena participar do OP, não existe recurso pro esporte, e quando se consegue

aprovar alguma coisa, eles vêm e dizem que a secretaria não tem dinheiro para bancar a demanda. É pura enganação, desde que o PT saiu do governo o OP é uma piada” (Diário de campo 29/08/2012).

Ao mesmo tempo em que o OP se constituiu simbolicamente como espaço de uma democracia participativa significativa, ele hoje não é visto com bons olhos pela comunidade, uma vez que esta não se vê mais representada nele. Há de se ressaltar que embora o OP, seja uma experiência bastante discutida, e até mesmo controversa, ele possibilita uma das principais necessidades ao qual apontam os teóricos da democracia participa, que é a criação de espaços institucionais de participação direta e não somente por representação como por exemplo os poderes legislativos e conselhos de controle social.

Outro elemento bastante importante é que, se antes descrevemos empiricamente fragmentos de patrimonialismo, elitismo e pluralismo, aqui fica muito clara uma intenção de democracia participativa, segundo a qual a ideia é se ampliar os espaços de participação direta em detrimento da participação representativa. A democracia participativa propõe uma radicalização da participação, cujo foco central se dá a partir da construção de uma outra sociedade, a ‘sociedade participativa’:

Hávamos considerado a possibilidade de se constituir uma sociedade participativa em relação a apenas uma área, a da indústria. No entanto, uma vez que a indústria ocupa um lugar de importância vital na teoria da democracia participativa, isso é suficiente para estabelecer a validade ou pelo menos a noção de uma sociedade participativa. A análise do conceito de participação apresentado aqui pode se aplicar a outras esferas, embora as questões empíricas suscitadas pela extensão da participação a outras áreas além da indústria não possam ser consideradas. Não obstante, pode ser de alguma utilidade indicar brevemente algumas das possibilidades nesse sentido (PATERMAN, 1992; p.142).

Sustentando sua argumentação em Mill, Rousseau e Cole, Paterman aponta para a dimensão pedagógica da participação, em que a melhor forma para aprender a se tornar um cidadão pleno é fazer com que ele participe da vida política:

O homem comum poderia ainda se interessar por coisas que estejam próximas de onde mora, mas a existência de uma sociedade participativa significa que ele estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível nacional, estaria em melhores condições para tomar decisões de alcance nacional quando surge a oportunidade para tal, e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre sua própria vida e sobre o meio que o cerca (PATERMAN, 1992; p. 147).

Embora a proposta tenha uma retórica de radicalização da participação e da democracia, essa teoria teve poucos desdobramentos de estudos empíricos, pois de certa forma, foi ‘atropelada’ pela teoria da democracia deliberativa. Proposta por Habermas, essa teorização compreende que a formação da esfera pública é o local adequado para que sejam tomadas as deliberações sobre os rumos das políticas. Nesta o debate é tão importante quanto a votação ou a imposição das decisões.

Disse o professor de musculação: “A gente faz muita reunião, reúne com pai e mãe, com as turmas com as pessoas que têm demandas novas, procuramos sempre mostrar o que é possível e o que não é, e por fim sempre tentamos construir uma saída junto para os problemas. É muito difícil a gente não chegar a bons acordos, pois é assim, é junto com a comunidade que a gente faz a gestão do parque, é junto da comunidade que ela faz o parque ser melhor” (Diário de campo 16/03/2012).

O ponto de vista do bem público como algo comum ficou preservado ao não proporcionar que um grupo monopolizasse o ginásio, porém essa postura foi construída de forma deliberativa, oportunizando o diálogo e uma saída intermediária.

Ao utilizar a formulação do hibridismo (CANCLINI, 1997), procuramos trazer elementos empíricos que apontam várias noções de participação democrática. Embora a noção de democracia deliberativa tenha um alto grau de normatividade, o que a torna mais utópica, ela está presente no discurso e na forma das pessoas se portarem coletivamente. A ideia aqui não é dizer que o Parque Ararigbóia seja ‘o modelo de democracia deliberativa nas políticas de esporte e lazer no Brasil’, mas sim afirmar que a construção histórica e identitária proporcionam experiências que em algum momento estão relacionadas aos diferentes modelos de democracia.

Do ponto de vista teórico, procuramos, ao longo do texto, demonstrar que existem concepções de democracia e que, para cada uma dessas concepções, apontam para formas de participação da população. Estas participações por sua vez não são instituídas por um decreto governamental, nem por espontaneísmo da sociedade, mas sim a partir de um tencionamento entre eles. Além disso é importante ressaltar que há uma dimensão pedagógica na vivência da sociabilidade em espaços coletivos e que esta por sua vez é constituidora de formas de pensar e de viver a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ser importante fazer este movimento teórico, pois muitas vezes vemos a democracia sendo chavão de campanhas eleitorais dos mais diferentes tipos: síndico, chefe de departamento ou Presidente da República. Por outro lado, é possível ver, mesmo em trabalhos acadêmicos, essa noção sendo utilizada indiscriminadamente e de forma classificatória, ou seja, determinado espaço é ou não democrático, determinada política é ou não democrática.

Embora o exemplo do Parque Ararigóia não se constitua como uma instituição escolar, fica muito evidente que todo este movimento histórico e de participação da comunidade configura este espaço como educativo. Um bom exemplo para pensar nisso é o OP, pois, ao mesmo tempo que a comunidade vê a necessidade de aprender a participar de um processo novo, no qual precisa pensar a cidade como um todo e não somente a partir de sua particularidade. O governo se vê obrigado a escutar a comunidade e compreender que existem muitas cidades diferentes quanto passamos a ver a mesma sob o olhar do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado**. vol.15 no.2 Brasília jun./dez. 2000.

AVRITZER, L. Moralidade da democracia. Ensaio em teoria Habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razõespráticas**: sobre a teoria da ação. [1. ed.] São Paulo, SP: Papyrus, 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

FEDOZZI, Luciano. **Cidadania e Cultura Política. Doze anos de governo participativo em Porto Alegre (1989-2000)**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2002. Orientadora: Eva Machado Barbosa Samios.

FEDOZZI, Luciano; MARTINS, André Luis Borges; NOGUEIRA, Fernando; CORRÊA, Gilson Pianta César; PONTES, João; CRUZ, Milton; BORBA, Sheila. Participação, cultura política e cidades. **Sociologias**, vol.14, nº 30, Porto Alegre, maio/ago. 2012.

FEIX, Eneida. **Lazer na cidade de Porto Alegre do início do Século XX: a institucionalização da recreação pública**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LEACH, Edmund Ronald. *Sistemas Políticos da alta Birmânia: um estudo etnográfico da estrutura social Kachin*. São Paulo: Edusp, 1996

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nasif:2003.

MILL, John Stuart. **Considerations on Representative Government**. Ebook retirado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu005669.pdf> acessado em 24/08/2014.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROUSSEAU, Jean Jaques. **Do Contrato Social**. Ebook disponível em: www.jahr.org

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3a ed. 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: _____ **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papyrus Editora, 1998, p. 129 – 145.